

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Secretaria Municipal da Educação

FUNDAÇÃO EDUCANDÁRIO “CEL. QUITO JUNQUEIRA”

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Conselheiros da

Fundação Educandário “Cel. Quito Junqueira”

Ribeirão Preto SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Educandário “Cel. Quito Junqueira” (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Educandário “Cel. Quito Junqueira” em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) e, em especial, norma específica aplicável às entidades sem finalidade de lucros - ITG 2002 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 16 de fevereiro de 2024.

MOORE PRISMA AUDITORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL S/S LTDA.

CRC 2SP024067/O-6

JULIANA INOUE CAVALIERI

Contadora

CRC 1SP258401/O-3



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - Em milhares de reais

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e bancos conta movimento		2	2	Fornecedores e prestadores de serviços	7	184	137
Aplicações financeiras	4	76.968	76.006	Salários, férias e encargos sociais	8	1.411	1.173
Contas a receber	5	356	569	Impostos e contribuições a recolher		111	94
Outros ativos		168	163	Subvenções a realizar	9	3.930	3.661
Total do ativo circulante		77.494	76.740	Outros passivos		5	5
				Total do passivo circulante		5.641	5.070
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		68	16	Provisão para contingências	10	66	30
Investimentos		13	13	Total do passivo não circulante		66	30
Imobilizado	6	20.164	18.762	Patrimônio líquido			
Intangível		26	26	Patrimônio social	12	87.452	85.958
Total do ativo não circulante		20.271	18.817	Ajuste de avaliação patrimonial		2.592	2.747
				Superávit do exercício		2.014	1.752
				Total do patrimônio líquido		92.058	90.457
Total do ativo		97.765	95.557	Total do passivo e patrimônio líquido		97.765	95.557

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais			
Aluguéis	13	2.761	2.561
Aplicações financeiras	14	8.049	6.842
Doações e subvenções	15	9.161	6.470
Participações societárias		564	453
Outras rendas		173	222
		20.708	16.548
Despesas operacionais			
Pessoal	16	(11.049)	(9.063)
Gerais e administrativas	17	(8.058)	(5.991)
		(19.107)	(15.054)
Superávit do exercício		1.601	1.494

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - Em milhares de reais

	2023	2022
Superávit do exercício	1.601	1.494
Outros resultados abrangentes	155	138
Resultado abrangente	1.756	1.632

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - Em milhares de reais

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	(Déficit) Superávit	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	86.532	2.885	(454)	88.963
Incorporação do déficit	(574)	-	574	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(138)	138	-
Superávit do exercício	-	-	1.494	1.494
Saldos em 31 de dezembro de 2022	85.958	2.747	1.752	90.457
Incorporação do superávit	1.494	-	(1.494)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(155)	155	-
Superávit do exercício	-	-	1.601	1.601
Saldos em 31 de dezembro de 2023	87.452	2.592	2.014	92.058

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - Em milhares de reais

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.601	1.494
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	558	463
Baixas do imobilizado	-	178
Variações nos ativos e passivos:		
Aplicações financeiras	(962)	(3.340)
Contas a receber	213	603
Outros ativos	(5)	24
Depósitos judiciais	(52)	(14)
Fornecedores e prestadores de serviços	47	(70)
Salários, férias, encargos sociais e impostos e contribuições a recolher	318	305
Subvenções a realizar	269	989
Outros passivos	-	(3)
Provisão para contingências	(27)	(20)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	1.960	609
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	-	(3)
Aquisições do imobilizado	(1.960)	(607)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(1.960)	(610)
(Redução) do caixa e bancos conta movimento	-	(1)
Variação do caixa e bancos conta movimento:		
Caixa e bancos conta movimento no fim do exercício	2	2
Caixa e bancos conta movimento no início do exercício	2	3
(Redução) do caixa e bancos conta movimento	-	(1)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - Em milhares de reais

1. Contexto operacional

a. A Fundação

A Fundação Educandário "Cel. Quito Junqueira" ("Fundação") é uma instituição civil de fins sociais e filantrópicos. Foi constituída em 1938 pelo magnânimo casal Francisco Maximiano Junqueira e Theolina de Andrade Junqueira (Sinhá Junqueira). Tem por finalidade promover e desenvolver atividades de relevância por meio da educação, da assistência social e do amparo de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, bem como fomentar a cultura sobretudo por meio de sua biblioteca. Rege-se por Estatuto Social e tem sede e foro na cidade de Ribeirão Preto SP.

Em caso de dissolução ou extinção da Fundação, o patrimônio então existente será destinado preferencialmente à Fundação Maternidade Sinhá Junqueira ou a outras entidades sem fins lucrativos congêneres localizadas na cidade de Ribeirão Preto SP e escolhidas pelo Conselho Curador da Fundação.

As rendas para a manutenção das atividades sociais da Fundação são oriundas substancialmente de aluguéis de bens imóveis próprios e rendimentos de aplicações financeiras, eventuais alienações de bens autorizadas, doações e subvenções.

b. Escola de educação infantil "Dr. Fábio dos Santos Musa"

A Fundação firmou termo de colaboração com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, assumindo a administração e toda a atividade educacional da escola de educação infantil que atende crianças de zero a cinco anos de idade, com capacidade de 1.036 vagas.

No exercício de 2023, a Fundação recebeu o montante de R\$ 8.158 para realizar essa administração. Para maiores detalhes sobre a contabilização e aplicabilidade desses recursos, vide nota explicativa nº 9.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) e, em especial, a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros.

A Administração avaliou a capacidade da Fundação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a suas atividades no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja conclusão foi autorizada por esta em 16 de fevereiro de 2024.

b. Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma na respectiva nota explicativa.

c. Moeda de apresentação e funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais. O Real é a moeda de apresentação e funcional da Fundação.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, exige que a Administração da Fundação faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Fundação e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão incluídas nas respectivas notas explicativas.



3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras da Fundação:

a. Instrumentos financeiros

A Fundação classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a sua política contábil e por atender as condições da seção 11 da NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Assim, são ativos financeiros básicos: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outros ativos.

Os passivos financeiros básicos são fornecedores e prestadores de serviços, subvenções a realizar e outros passivos.

b. Caixa e bancos conta movimento

Compreendem valor mantido para utilização em pagamentos de pequenas despesas (caixa) e para atender aos compromissos de curtíssimo prazo da Fundação (bancos conta movimento).

c. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, é necessário ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. No caso da Fundação, apesar da disponibilidade dos recursos, os mesmos não serão consumidos de forma significativa no curto prazo.

d. Contas a receber

Os aluguéis a receber são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo menos as perdas com créditos estimadas. Uma estimativa de perdas com crédito é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais contratadas. Alienação de bens refere-se ao valor parcelado de vendas de bens do ativo imobilizado.

e. Imobilizado

e.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção (exceto os imóveis recebidos pela incorporação da Fundação Biblioteca Cultural Altino Arantes, que é a atual Biblioteca Sinhá Junqueira, que foram avaliados pelo custo atribuído em 2015), deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor líquido contábil do imobilizado, são reconhecidos em receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

e.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

e.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão não para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (impairment), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, desde que o valor possa ser estimado com suficiente segurança.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

i. Subvenções a realizar

As subvenções são inicialmente registradas pelos valores recebidos em contrapartida de uma conta corrente bancária ou aplicação. O reconhecimento no resultado do exercício se dá em conformidade com a utilização e atendimento aos requisitos exigidos pelas subvenções.

j. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes classificados como perda remota não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, quando for o caso, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

k. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.



Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário (valor justo).

I. Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a um ano estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

m. Receitas e despesas

O resultado das operações (superávit ou déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento.

Todas as receitas são destinadas aos fins institucionais da Fundação e, portanto, são consideradas operacionais.

n. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4. Aplicações financeiras

	2023	2022
Aplicação financeira - projeto escola de educação infantil "Dr. Fábio dos Santos Musa" (i)	3.337	4.313
Fundo de investimento - renda fixa (ii)	56.147	56.061
Fundo de investimento - renda fixa - vinculado (ii)	17.484	15.632
	76.968	76.006

(i) Aplicação financeira específica para o recebimento das subvenções provenientes do acordo firmado com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

(ii) Aplicações financeiras no fundo AD14 Advance Multimercado Crédito Privado FICF (CNPJ do Fundo 13.410.763/0001-52 - Administrador Itaú Unibanco S/A). Têm o intuito de gerar rendimentos para a manutenção das atividades da Fundação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos. As aplicações vinculadas originam-se dos recursos de vendas de bens da Fundação. A utilização desses recursos só pode se realizar em obras ou projetos sociais e filantrópicos envolvendo crianças e adolescentes carentes, mediante aprovação do Conselho Curador e do Ministério Público Estadual, que podem ocorrer dentro do próximo exercício ou não.

5. Contas a receber

	2023	2022
Aluguéis a receber - imobiliárias	769	630
Aluguéis a receber - administração da Fundação	6	17
	775	647
(-) Perda de crédito esperada	(451)	(174)
Alienações de bens	32	96
	356	569

6. Imobilizado

a. Composição do saldo

	Taxa anual de depreciação	2023			2022
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	42	-	42	42
Terreno Biblioteca Cultural "Altino Arantes"	-	2.327	-	2.327	2.327
Edificações	1,67%	5.260	(437)	4.823	4.756
Edificação Biblioteca Cultural "Altino Arantes"	2,50%	10.428	(788)	9.640	9.819
Instalações	10%	634	(362)	272	308
Móveis e utensílios	10%	2.137	(608)	1.529	700
Máquinas e equipamentos	10%	850	(364)	486	418
Veículos	20%	300	(300)	-	-
Equipamentos de informática	20%	896	(537)	359	129
Acervo de livros	-	233	-	233	233
Reforma Colégio Camillo de Mattos	-	423	-	423	-
Outros	-	30	-	30	30
		23.560	(3.396)	20.164	18.762

b. Movimentação do custo histórico

	2023			2022			
	Saldos iniciais	Aquisições	Saldos finais	Saldos iniciais	Aquisições	Baixas	Saldos finais
Terrenos	42	-	42	42	-	-	42
Terreno Biblioteca Cultural "Altino Arantes"	2.327	-	2.327	2.327	-	-	2.327
Edificações	5.139	121	5.260	5.040	99	-	5.139
Edificação Biblioteca Cultural "Altino Arantes"	10.428	-	10.428	10.428	-	-	10.428
Instalações	631	3	634	351	280	-	631
Móveis e utensílios	1.183	954	2.137	1.169	15	(1)	1.183
Máquinas e equipamentos	722	128	850	549	195	(22)	722
Veículos	300	-	300	300	-	-	300
Equipamentos de informática	565	331	896	547	18	-	565
Acervo de livros	233	-	233	388	-	(155)	233
Reforma Colégio Camillo de Mattos	-	423	423	-	-	-	-
Outros	30	-	30	30	-	-	30
	21.600	1.960	23.560	21.171	607	(178)	21.600



c. Movimentação da depreciação acumulada

	2023			2022		
	Saldo iniciais	Aquisições	Saldo finais	Saldo iniciais	Aquisições	Saldo finais
Edificações	(992)	(233)	(1.225)	(760)	(232)	(992)
Instalações	(323)	(39)	(362)	(311)	(12)	(323)
Móveis e utensílios	(483)	(125)	(608)	(374)	(109)	(483)
Máquinas e equipamentos	(304)	(60)	(364)	(266)	(38)	(304)
Veículos	(300)	-	(300)	(300)	-	(300)
Equipamentos de informática	(436)	(101)	(537)	(364)	(72)	(436)
	(2.838)	(558)	(3.396)	(2.375)	(463)	(2.838)

Na definição de valor residual final, a Administração da Fundação constatou que o valor das edificações e terrenos é inferior ao valor recuperável dos imóveis. Assim, o cálculo da despesa de depreciação de várias edificações foi interrompido.

A Administração da Fundação, considerando suas atividades sociais, optou pela não adoção do custo atribuído (deemed cost), conforme facultado pelas normas contábeis em períodos anteriores. Portanto, exceto o acervo incorporado da Fundação Biblioteca Cultural Altino Arantes (atual Biblioteca Sinhá Junqueira), avaliado ao custo atribuído quando da incorporação, os bens estão avaliados ao valor do custo histórico de aquisição.

A Administração da Fundação procedeu a análise de recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado para atendimento às normas contábeis. Não foi identificada a necessidade de qualquer ajuste para redução ao valor recuperável dos bens (impairment). Em regra, o custo histórico dos imóveis é muito inferior ao valor atual de mercado. Para fins de análise e comparação, apresentamos abaixo um resumo dos imóveis da Fundação, por localização e pelo valor venal disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto:

Loteamento	Valor venal
Campos Elíseos	10.411
Jd. Independência	549.334
Pq. Cel. Quito Junqueira Industrial	35.701
Vila Carmen	3.510
Vila Coronel Quito	7.598
Vila Perdizes	5.210
Vila Stela Maris	1.711
Total	613.475

7. Fornecedores e prestadores de serviços

Nesta conta estão registrados saldos a pagar relativos ao fornecimento de produtos de alimentação, limpeza, manutenção, entre outros, e prestadores de serviços nas áreas administrativa e operacional da Fundação. O saldo é de R\$ 184 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 137 em 2022).

8. Salários, férias e encargos sociais

	2023	2022
Salários e ordenados	508	421
INSS	57	43
FGTS	75	63
Provisão para férias e encargos	762	640
Outros	9	6
	1.411	1.173

9. Subvenções a realizar

a. Composição do saldo

	2023	2022
Convênio com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	3.930	3.661

b. Movimentação

Apresentamos a movimentação das subvenções nos exercícios:

	2023	2022
Saldo inicial	3.661	2.672
Subvenções recebidas	8.158	6.997
Subvenções apropriadas no resultado	(7.889)	(6.008)
Subvenções a apropriar	3.930	3.661

Com relação ao convênio firmado entre a Fundação e a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, do total de R\$ 8.158 (R\$ 6.997 em 2022) de subvenções recebidas no exercício, foi apropriado no resultado o montante de R\$ 7.889 (R\$ 6.008 em 2022) relacionado a gastos com folha de pagamento, serviços e materiais destinados à escola de educação infantil "Dr. Fábio dos Santos Musa" (vide nota explicativa nº 16), restando o saldo de subvenções a apropriar de R\$ 3.930 no passivo (R\$ 3.661 em 2022).

10. Provisão para contingências

A Fundação é parte envolvida em uma ação trabalhista no montante calculado de R\$ 3 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 30 em 2022) e uma ação tributária de R\$ 63 relacionada a desobrigação do recolhimento de PIS sobre a folha de pagamento em 31 de dezembro de 2023, classificada pelos assessores jurídicos como perda provável.



11. Passivos contingentes

A administração da Fundação discute o montante de R\$ 35 em ação da esfera trabalhista, R\$ 35 na esfera cível e R\$ 3 na esfera tributária, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, não sendo constituída nenhuma provisão para contingências.

12. Patrimônio social

O valor do superávit dos exercícios, após a sua aprovação, é transferido para a conta patrimônio social, conforme norma própria de entidade sem finalidade de lucros.

13. Aluguéis

Refere-se aos valores registrados mensalmente pelo regime de competência aferidos com aluguéis dos imóveis de propriedade da Fundação. Tem como objetivo, conforme a nota explicativa nº 1, a aferição de renda para a manutenção das atividades sociais da Fundação.

Nos exercícios de 2023 e 2022, foram reconhecidas as receitas nos montantes de R\$ 2.761 e R\$ 2.561, respectivamente.

14. Aplicações financeiras

	2023	2022
Rendimentos de aplicações não vinculadas	6.189	5.388
Rendimentos de aplicações vinculadas	1.853	1.439
Outras receitas financeiras	7	15
	8.049	6.842

15. Doações e subvenções

	2023	2022
Doações	420	412
Subvenções (i)	7.889	6.008
Outras doações e subvenções	103	50
Doação projeto rede pública (ii)	749	-
	9.161	6.470

(i) Representam as subvenções apropriadas no exercício de 2023 de acordo com convênio firmado entre a Fundação e a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, conforme nota explicativa nº 9.

(ii) A Fundação Educandário Cel. Quito Junqueira vem promovendo, por meio de doações recebidas, formações presenciais para profissionais da rede pública de educação. Em 2023 foram formados 102 diretores, 102 coordenadores pedagógicos, 82 professores de ensino fundamental anos iniciais e 180 professores de ensino fundamental anos finais e ensino médio. Além das formações presenciais a Fundação Educandário iniciou um processo de acompanhamento e apoio à gestão de quatro escolas públicas localizadas em bairros de maior vulnerabilidade social. Por intermédio das duas ações descritas, foi possível atingir em 2023, 102 escolas públicas distribuídas em 14 municípios da região de Ribeirão Preto, 600 profissionais da rede pública e indiretamente foram impactados 67.000 alunos das 102 escolas.

16. Pessoal

	2023	2022
Salários e ordenados	(7.570)	(6.282)
Assistência médica e odontológica	(396)	(363)
FGTS	(713)	(581)
Férias	(694)	(516)
13º salário	(524)	(439)
Vale transporte	(66)	(32)
Indenizações trabalhistas	(478)	(387)
Outros	(608)	(463)
	(11.049)	(9.063)

17. Gerais e administrativas

	2023	2022
Serviços de terceiros	(2.825)	(1.684)
Conservação de imóveis externos	(426)	(518)
Serviço de limpeza e segurança	(617)	(515)
Gêneros alimentícios - educandos	(477)	(496)
Administração imobiliária	(133)	(126)
Material escolar/segurança/uniformes/consumo/diversos	(429)	(504)
Conservação dos bens	(403)	(149)
Depreciações	(557)	(464)
Energia elétrica/água/telefone	(673)	(626)
Perda de crédito esperada	(277)	-
Despesas com educandos e recreação e esportes	(149)	(19)
Eventos e palestras	(215)	(102)
Cursos de formação e treinamentos	(280)	-
Outras	(597)	(788)
	(8.058)	(5.991)

18. Instrumentos financeiros

A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros como aplicações financeiras e contas a receber e a pagar. A administração dos instrumentos financeiros que a Fundação mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A



política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado, minimizando riscos.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Fundação não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios.

Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Fundação.

19. Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

Mês de competência	2023				2022			
	Base de cálculo	Empregador	Outros	Valor isenção	Base de cálculo	Empregador	Outros	Valor isenção
Janeiro	727	145	57	202	488	98	38	136
Fevereiro	679	136	53	189	508	102	40	142
Março	654	131	51	182	513	102	40	142
Abril	656	131	51	182	523	105	41	146
Maio	672	134	52	186	544	109	42	151
Junho	672	134	52	186	559	112	44	156
Julho	924	185	72	257	654	131	51	182
Agosto	690	138	54	192	578	115	45	160
Setembro	669	134	52	186	582	116	45	161
Outubro	666	133	52	185	578	116	45	161
Novembro	660	132	51	183	581	116	45	161
Dezembro	658	132	51	183	502	100	39	139
13º salário	605	121	47	168	564	113	44	157
	8.932	1.786	695	2.481	7.174	1.435	559	1.994

20. Gratuidades

A Fundação aplica em gratuidades a totalidade de suas rendas no atendimento às crianças e adolescentes carentes, enquadrando-se no disposto no Decreto 8.242/2014, que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social - CEBAS, concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cuja demonstração é apresentada à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

21. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem a disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

O entendimento da Administração da Fundação é de que suas rendas decorrem de atividades próprias e, portanto, não são sujeitas a tributação. O conceito de "atividade própria" é definido como sendo qualquer atividade ou transação cuja renda viabilize, no todo ou em parte, exclusivamente, a manutenção e a realização dos objetivos sociais da Fundação.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar de maneira significativa a Fundação, que está em pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais e legais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação final aplicável a cada circunstância.

22. Administração da Fundação

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada, ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros são revertidos para o cumprimento de suas finalidades sociais. Os membros do Conselho Curador não recebem direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados à Fundação sendo esses serviços voluntariados.

O valor que a Fundação usufrui do trabalho não remunerado de seus dirigentes não é mensurado.

23. Cobertura de seguros

A Fundação adota a política de contratar seguros de determinados prédios, instalações e veículos, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Ribeirão Preto, 31 de dezembro de 2023

MARCOS ROCHA AWAD

Diretor Presidente

ANDRÉ JUNQUEIRA SANTOS PESSOA

Diretor Tesoureiro

OCIMAR MILAN

Contador - CRC 1SP137879/O-3

Secretaria Municipal da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 19/2024-DTM

Taxa de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduos de Serviços de Saúde e Congêneres.

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - Secretaria da Fazenda de Ribeirão Preto pelo presente edital, nos termos do parágrafo 2º do Artigo 6º da LEI COMPLEMENTAR Nº 2.995 de 26 de setembro de 2019, NOTIFICA os contribuintes abaixo identificados do lançamento da taxa referente ao Serviço de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduos de Serviços de Saúde e Congêneres - TRSS-2024 - 2º Bimestre, sendo:

I - Os valores referentes a esta taxa, conforme o tipo de gerador definido no parágrafo único do Artigo 3º da referida Lei Complementar, serão de:

a) R\$ 3,38 / kg - Pequeno Gerador (mínimo 10kg - R\$ 33,80)

